

A INDÚSTRIA NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: NOVAS EXPRESSÕES DOS DILEMAS NACIONAIS NO SÉCULO XXI

Aristides Monteiro Neto

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e doutor em economia aplicada no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). *E-mail*: <aristides.monteiro@ipea.gov.br>.

Raphael de Oliveira Silva

Pesquisador do PNPD na Dirur/Ipea; e doutorando em economia no Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail*: <raphael.silva@ipea.gov.br>.

Danilo Severian

Pesquisador do PNPD na Dirur/Ipea; e doutorando em economia aplicada no IE-Unicamp. *E-mail*: <danilo.severian@ipea.gov.br>.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2688

Neste texto, discutimos o padrão de reconfiguração territorial da indústria, suas formas atuais e suas motivações, de maneira a problematizar alguns dos desafios mais significativos da questão regional brasileira atual. A experiência de desconcentração regional desse setor de atividade é relativamente recente no país vindo a ocorrer apenas a partir da década de 1970. Sobreveio em momento de expansão e diversificação de seus ramos produtivos quando a indústria se constituía em motor dinâmico da economia brasileira. Contudo, a partir dos anos 1990, o cenário foi alterado: o processo de desconcentração regional persistiu, ainda que em ritmo mais lento, porém passou a ser associado a um persistente declínio da participação da indústria na economia nacional em contexto de expressiva redução da sua diversificação intrassetorial.

As grandes transformações econômicas e regulatórias na economia mundial a partir da década de 1990 — configuradas pelo que chamamos de globalização — levaram a mudanças no regime macroeconômico bem como no ambiente institucional brasileiro, redefinindo-se, no plano das relações econômicas com o exterior, por mais intensa e profunda abertura financeira e comercial. Nesse novo contexto, a economia nacional passou a enfrentar a concorrência de parceiros externos em nível muito mais significativo. O setor industrial, com relativamente baixa capacidade de competitividade estrutural na maioria dos seus ramos produtivos, iniciou longa trajetória de baixo crescimento da produção, quedas permanentes

da produtividade média e aumento dos componentes importados no total da produção.

No entanto, mesmo em face desse quadro debilitador para a indústria pós-1990, a desconcentração regional do setor não foi estancada. Na verdade, um fato notório do período recente é que o território da indústria vem se expandindo em concomitância com a perda de relevância do setor industrial na composição da atividade produtiva nacional. O território se tornou um ativo crucial para a expansão de certas atividades produtivas muito presentes nas regiões de menor desenvolvimento do país: aquelas diretamente ligadas à base de recursos naturais bem como as intensivas em mão de obra de custo relativamente baixo.

Nosso primeiro objetivo é observar e avaliar o potencial existente no setor industrial para conduzir as regiões a um patamar mais elevado de diferenciação produtiva, aumento do seu valor agregado e ampliação das rendas *per capita* regionais. Para tal, investigamos as transformações operadas dentro da estrutura industrial entre seus grupos de atividades que se alinham mais à especialização em recursos naturais ou, pelo contrário, vão na direção da diferenciação de produtos, economias de escala e incorporação de inovação tecnológica. Nesse sentido, o processo de desconcentração regional da indústria em curso exprime que tipos de preferências locacionais no país? Exploramos a combinação de escalas territoriais macro e microrregionais para obter algumas

SUMEX

respostas sobre processos, formas e características recentes da desconcentração regional em contexto de desindustrialização ou de regressão produtiva nesse período pós-1990.

Adicionalmente, exploramos fontes explicativas da reconfiguração territorial da indústria relacionadas com a atuação governamental no período 2000-2015. Em particular, identificamos e problematizamos vetores alternativos de política econômica, produtiva e regional que atuaram para conter e/ou modificar a tendência geral de desindustrialização e especialização regressiva e até mesmo para induzir potencialidades produtivas nas regiões de menor tradição industrial. Ao trazer à tona tais instrumentos de políticas postos em operação, sugerimos que análises mais aprofundadas precisam ser feitas sobre limitações e avanços realizados por intenções governamentais no período.